



Direito em Revista

NÚMERO 37/2024



Direito em Revista

NÚMERO 37/2024

CESUL - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR CESUL

Rua Antônio de Paiva Cantelmo, 1222 – Centro
CEP. 85.601-270. Francisco Beltrão – Paraná – Brasil
(46) 3524-4242 / cesul@cesul.br / npic@cesul.br / www.cesul.br

Diretor Geral
Névio Urio

Diretora
Prof(a). Me. Daniela Urio Mujahed

Coordenador do curso de Direito
Prof. Luiz Carlos Dagostini Junior

Editor-Chefe:
Prof. Dr. Gustavo Ellwanger Calovi (CESUL)

Editores Executivos
Amanda Kriger (CESUL)
Profª. Drª Alexia A. Rodrigues Brotto Cessetti (CESUL)
Prof. Me. Bruno Fernandes de Oliveira (CESUL)
Profª Ma. Camila Cararo Tonkelski (CESUL)
Prof. Me. Douglas Balduino Pereira (CESUL)
Prof. Dr. Kenny Sontag (CESUL)
Prof. Me. Lucas Bernardon (CESUL)
Prof. Dr. Luiz Fernando Coelho (CESUL)
Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska (CESUL)

Ficha Catalográfica

C421	CESUL- Centro de Ensino Superior Direito em revista: revista jurídica do centro de ensino superior cesul nº 37. Prof. Dr. Gustavo Ellwanger Calovi. (Coord.), Francisco Beltrão, 2024. Inclui Bibliografia: ISSN: 1676-0700 I. Direito em Revista II. Luso-Brasileira III. Adolescente em Conflito IV. Desinformação CDD: 340
-------------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Elisandra Artus Berté - CRB-9/1675

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Anderson Vichinkeski Teixeira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Profª. Drª. Andrea Pitasi
Università degli Studi G. d'Annunzio, Chieti–Pescara, Itália

Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Evandro Barbosa
Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

Profª. Drª. Gina Gouveia Pires de Castro
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Gustavo Castagna Machado
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Dr. Jorge Núñez
Universidad de Buenos Aires, Argentina

Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Junior
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profª. Drª. Laís Bergstein
Centro Universitário Curitiba, Brasil

Prof. Dr. Leomar Rippel
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Profª. Drª. Lucia Souza D'Aquino
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Prof. Dr. Nitish Monebhurrn
Centro Universitário de Brasília, Brasil

Prof. Dr. Ricardo Sontag
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profª. Drª. Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profª. Drª. Thaís Cristina Alves da Costa
Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Brasil

Prof. Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil

Apresentação

O Centro de Ensino Superior CESUL se destaca no panorama educacional brasileiro ao oferecer uma sólida formação acadêmica e profissional, com especial atenção ao Bacharelado em Direito, curso mais longo da instituição. Para garantir a excelência em sua missão, o CESUL investe no desenvolvimento contínuo de seus docentes, incentivando tanto o aprimoramento didático quanto a produção de conhecimento, fortalecendo, assim, a cultura jurídica no Paraná e no Brasil.

A *Direito em Revista* desempenha um papel fundamental nesse contexto, selecionando criteriosamente artigos que buscam não apenas expandir as fronteiras da Ciência do Direito, mas também oferecer respostas reflexivas e inovadoras aos desafios jurídicos, políticos e sociais da atualidade. A publicação reúne produções de professores e alunos de programas de pós-graduação, estabelecendo-se como um espaço de diálogo acadêmico que promove a evolução do pensamento jurídico e contribui para o debate público qualificado.

Na 37ª edição, referente ao segundo semestre de 2024, a *Direito em Revista* reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica ao publicar reflexões de relevância científica e social, fortalecendo o vínculo entre a pesquisa jurídica e as necessidades da sociedade brasileira.

Gustavo Ellwanger Calovi



POR QUE UM LIQUIDIFICADOR FUNCIONA MELHOR DO QUE UM JURISTA?

WHY DOES A BLENDER WORK BETTER THAN A JURIST?

Andrea Pitasi¹

Resumo: J. Locke forneceu o primeiro modelo de separação de poderes nos tempos modernos em seu segundo Tratado sobre o Governo, no final do século XVII. Seu modelo distinguia os poderes legislativo, executivo e federativo. Sua distinção explica a globalização do direito como ninguém. Lendo os mapas do mundo em 1815, 1871, 1920, 1950, 1990 e hoje, é fácil perceber que a ordem mundial é principalmente uma questão de projeto institucional sistêmico no qual as funções legislativas, alocativas e federativas do direito contribuem ro a formação da ordem mundial de uma forma não muito diferente dos designers que projetam tecnologia ou interiores de casas. No entanto, quando o projetista de tecnologia comete um erro, o produto ou serviço é reprojetoado e não é implemen-

¹ Doutor em Sociologia e Política Social pela Universidade de Bologna, Itália (1996). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais da Università degli Studi G. d'Annunzio Chieti, Pescara, Itália. Interessado em Teoria dos Sistemas, Teoria da Complexidade, Sociologia e Sociologia do Direito. Professor visitante na Universidade de Amsterdam, Holanda; na UHD, Huston, EUA; na LMU, Munich, Alemanha; KSU, Manhattan Kansas, EUA; Military University of the Defense, Brno, República Checa.

tado nenhum serviço caro e inútil para dar suporte ao projeto errado. Vice-versa, quando um erro de projeto de lei é cometido, geralmente não há redesenho e uma máquina burocrática enorme, cara e ineficaz é implementada para dar suporte ao projeto errado. Este artigo investiga esse estranho fenômeno e fornece um kit de ferramentas para um projeto de lei sistêmico eficaz. Esse conjunto de ferramentas requer uma visão e uma estrutura epistemológica mais sofisticadas para entender a era complexa e turbulenta que está tomando forma, na qual os ventos da construção destrutiva estão soprando e, especialmente, a tecnologia está levando a humanidade a uma era na qual há uma abertura ilimitada para o possível, uma era chamada Gegnet.

Palavras-chave: sociologia sistêmica; Gegnet; ordem mundial; governança; institutional law design.

Abstract

J. Locke provided the first separation of power model in the Modern Time in his second Treaty on Governemnt at the end of the XVII century. His model distinguished legislative, executive and federative power. his distinctio explains globalization of law like nobody else. reading the maps of the world in 1815, 1871, 1920, 1950, 1990 and today it is easy to realize world order is mostly a matter of systemic institutional design in which legislative-allocative and federative fncions of law contribute ro theshaping of the world order in a way not so dfferent from the designe4rs projecting technology or home interiors. Nevertheless when the technology designer makes a mistake the product or service is redesigned and no expensive and useless service to support the wrong design is impemen- ted. Viceversa, when a law design mistake is made, usually there is no redesign and a huge, expemsive and uneffective bureacratc machine is implemented to support he wrong design. This paper investigates this strange phenomenon nd provides atoolkit for effective systemic law design. This toolkit requires arather sophisticated vision and epistemological framework for understanding the complex and turbulent age which is taking shape in which the winds of destructive construction are blowing and especially technology is leading mankind into an age in whic there is an unlimited opening to the possible, an age called Gegnet.

Keywords: systemic sociology; Gegnet; world order; governance; institutional law design.

1. PRÓLOGO

O que têm em comum “ *O design do dia a dia* ”, de D. Norman (2006) e “*The World Order*”, de Henry Kissinger (2014)? Que nos oferecem a mesma lição: seja um liquidificador de cozinha, cujo interruptor não conseguimos encontrar, seja a decisão de adquirir uma segunda cidadania, cujas vantagens e desvantagens não conseguimos de fato avaliar, , muito provavelmente o limite não está em nós, observadores-usuários, mas sim, nos projetos do liquidificador e da lei; ou melhor, nos mapas conceituais dos *designers* por trás do liquidificador, eis que esses erros de projeto constituem um problema para a empresa, no aprimoramento do próprio *design* quando se trata do liquidificador, enquanto, estranhamente, isto não ocorre quando se trata da lei. Apesar de o problema ser o mesmo, é muito raro que alguém faça a reengenharia da lei com um *design* mais fácil; em vez disso, quase sempre multiplicam-se cadeiras e escritórios políticos, órgãos administrativos que geralmente atuam como “sacerdotes” supérfluos, inúteis e dispendiosos, pondo-se entre a lei mal concebida e o cidadão, voltando-se para aquele ponto reduzido aos súditos do burocrata local, que se torna o guardião kafkiano de “*Vor dem Gesetz*”. O suposto caráter virtuoso de tal ineficiência, tão cara a J.M. Keynes, há muito tempo foi denunciado pela economia institucional transnacional de Williamson (1990). O próprio Touraine (1993, p.304), indiretamente, parece alinhar-se com Norman e Kissinger: uma sociedade moderna é caracterizada pela rejeição em massa de inspetores e funcionários da alfândega, fora e dentro da metáfora, o que torna o diálogo entre o *designer* e o usuário imediato somente através do ponto de vista do liquidificador.

Quem sabe se a autoetnografia e a compesquisa não poderiam, nesse sentido, ajudar a eliminar etapas intermediárias indesejadas, facilitando as políticas de escuta?

Isso destaca o caráter paradoxal e oximorônico da expressão “líder político”: o político não é um *designer*, ele é, no máximo, um intermediário de utilidade duvidosa, que joga com a dramatização do insignificante (Dahrendorf, 1993), para esconder uma importância que hoje não tem e, talvez, nunca tenha tido. É por isso que assiste razão a Petrillo (2024, p. 84), ao enfatizar a formação e surgimento de sociotecnocracias elitistas superordenadas à política, entretanto, salvar a sociedade da dramatização política do insignificante parece hoje uma prioridade inevitável.

O líder, portanto, é o *designer* que faz o *design* para o usuário, por exemplo, em eleições político-europeias, oferecendo ao eleitor europeu uma cédula de votação europeia com assentos europeus. Mas as eleições europeias não foram ainda realizadas porque a política nacional se interpõe no caminho, sem qualquer relação com sua necessidade; Ulrich Beck não se refere explicitamente a esta situação mas seus conceitos de nacionalismo metodológico e categorias de zumbis se encaixam como uma luva entre o eleitor ativo europeu e o passivo europeu, por meio de fichas técnicas e faculdades nacionais, apenas ficticiamente europeias. Os custos transacionais desse projeto desastroso são como convidados a votar em um referendo sobre energia nuclear, depois de obter informações abundantes sobre um moinho de vento, apresentado como uma usina nuclear. O líder como *designer*? Talvez uma nova variante de “Liderança e Democracia”.

O *design*, tema deste ensaio, é um meio termo de conhecimento entre dois desvios embaraçosos: por um lado, a ausência absoluta de

design em nome de um espontaneísmo evolucionário que teria feito a seleção natural de Darwin parecer um planejamento soviético, se me permitem o humor, e, por outro lado, uma ideia de design um tanto fanática, paranoica e mitomaníaca, que imagina um design absoluto totalizante (inteligente?): um milenarismo conspiratório do lar de idosos ... (Beck, 2003, 2017).

O “manifesto” da Sociologia da Posição (F. De Nardis-Petrillo-Simone, 2024) lança hoje o importante desafio de recuperar um Marx atento ao método científico, livre de contaminações idealistas, hegelianas, feuerbachianas e de várias contaminações marxistas não marxianas (F. De Nardis, 2024, p. 42-47). Seria uma façanha excepcional recuperar um Marx puramente científico e tecnicamente projetado, livre de profecias e julgamentos de valor político. O desafio de tornar Marx cientificamente rigoroso também envolve precisão conceitual, clareza comparativa e consistência de escala (F. De Nardis, 2024, p. 313-331); no entanto, parece fadado ao fracasso, devido precisamente à escala que Marx escolheu, ou seja, a escala histórica e não a evolutiva, e a escala histórica é muito curta para reunir um Neandertal, um Cro Magnon e um Sapiens coabitando o cérebro e o DNA humanos, nos quais microchips neurais foram acionados hoje com um impacto epocal por dezenas de milhares de anos, por assim dizer. Em uma escala histórica, de Ramsés I a Winston Churchill, pode-se gerar o erro prospectivo de uma espécie fundamentalmente imutável.

Em comparação com a visão da evolução natural das espécies, a nossa é extraordinariamente trapaceira desde os tempos das cavernas, com peles para vestimentas, as primeiras fogueiras a serem acesas e, depois, gradualmente, com construções marcando a saída das ca-

vernas, roupas e acessórios cada vez mais estratégicos e sofisticados, óculos microscópicos, automóveis, jatos jumbo, exceções etc. A espécie humana deixou imediatamente claro que sua “evolução natural” tem pouco a ver com a natureza, ou seja, tem pouco ou nada de natural, pois quanto mais o ser humano, em sua generalidade anatômica, se aproxima da natureza, mais se expõe à extinção ao sucumbir a qualquer outra espécie ou quase qualquer outra. Até mesmo as políticas de sustentabilidade atuais são um modelo abstrato, artificial e neocortical, para repensar a organização socioeconômica da sociedade em escala global. A Agenda 2030 é global e artificial por definição. E querer coordenar uma reorganização em escala global é um grande exercício de abstração simbólica que provavelmente unificará, conectará, mas não integrará, porque sempre haverá diferenciações e declinações locais. De óculos a marca-passos, de IA a robôs, de bicicletas a aviões, o homem sempre projetou e inventou seu mundo. Ao mesmo tempo, a ordem mundial é o resultado de muitos projetos que, por razões óbvias de complexidade, entropia e caos, dão origem a uma abertura indeterminada para o possível (*Gegnet*) que não corresponde a nenhum projeto específico: ver, por exemplo, a expansão do Islã, o desenvolvimento da inteligência artificial e o fortalecimento do capitalismo de mercado de ações, como correlacionados no mesmo cenário global atual, é metodologicamente correto para adornar o todo com causalismos. A metafísica ou o misticismo sugerem que estamos diante de erros de superinterpretação (Eco, 1991) que, na *vox populi* de hoje, são rotulados como conspirações, buracos negros banais no horizonte do observador que vê uma conspiração inexistente para afirmar que está vendo (e enten-

dendo, como nossa espécie é presunçosa!) alguma coisa. *Gegnet*: ou melhor, abertura ilimitada para o possível de um tipo evolutivo, indeterminado, complexo, caótico, que provavelmente resulta em um projeto sem um *designer*, o resultado aleatório de uma combinação aleatória de muitos projetos e *designers* monádicos. Nada mais sabemos, podemos no máximo descrever as características evolutivas que fazem de nossa espécie a única capaz de contribuir conscientemente para o “projeto não projetável” de *Gegnet*, mas qualquer explicação histórica, culturalológica etc. que busque, por exemplo, ver uma relação entre os valores sociais e o futuro da sociedade estaria, na melhor das hipóteses, lendo grãos de café. Temos muito pouco conhecimento, mas tirar as crenças, os valores, as opiniões e as atitudes do caminho da evolução da sociedade permite uma visão mais nítida, sabendo que na escala individual do microprojeto individual existem valores, opiniões etc. concretos, mas que seu impacto na escala evolutiva é tão insignificante quanto a chuva a 800 m acima do solo para um jato jumbo voando a 9.000 m acima dessas nuvens. O desenvolvimento de uma nova teoria é sempre um resultado cosmopolita, não sem causalidade e aleatoriedade bem entrelaçadas, mesmo no Problema de Galton (F. De Nardis, 2024, p. 315).

2. SOCIOLOGIA DA GEGNET

No pensamento de Heidegger destacam-se três conceitos basilares, os quais esclarecem as circunstâncias existenciais do *Dasein*, o ser presente: *die Vollendung* (finalização ou conclusão), *die Kehre* (viragem ou volta, em sentido metafórico), e *Gegnet* (abertura ilimitada para o ser). Este último conceito pode ser utilizado para aludir à essência re-

veladora da era atual que, depois de uma viragem epocal, começa nova fase onde tudo **é potencialmente** possível. Através da tecnologia da inteligência artificial, principalmente, e tudo o mais dela decorrente, por exemplo, desaparecem os limites linguísticos para comunicação entre humanos. Todas as épocas, a nossa inclusive, tiveram uma *Vollendung* seguido de um ponto de virada, *Kehre*, embora, às vezes, historiadores coloquem períodos um tanto arbitrários, porque uma época obviamente desaparece gradualmente, não havendo dia e hora precisos para o seu fim. Cada era sucessiva reformula as anteriores de acordo com os paradigmas da nova. Tal como nos modismos, certos objetos retornam, embora combinados e usados de forma diferente. O passado nunca retorna. Na era atual, a grande aceleração tecnológica convergente entre robótica, tecnologia da informação, nanotecnologia e genética, configurou uma ordem mundial sem precedentes, na qual o legislador só pode projetar sistemas em um nível muito alto de abstração artificial, como no caso da Lei Warnock do Parlamento Britânico, que, em meados da década de 1980, foi iniciada pela Baronesa que deu nome à lei. Esta, versando sobre biotecnologia, foi e continua sendo tão abrangente que possibilitou o desenvolvimento e a pesquisa até mesmo em áreas inexistentes à **época de sua promulgação**.

Metaforicamente, na *Gegnet*, o espaço-tempo entra em colapso: Aristóteles e Marx são contemporâneos na Web, sendo ambos igualmente acessíveis de forma hipertextual, o que os conecta com todos os tempos e lugares para o estudante universitário que, por exemplo, está pesquisando. Hoje em dia, a inteligência artificial “faz os mortos falarem”, seja uma entrevista com Immanuel Kant sobre a Guerra da Ucrânia, seja uma conversa entre tataravô e tataraneto por meio de

fotografias, documentos do tataravô alimentados pela inteligência artificial, com base na qual o tataravô também pode dizer o que pensa de Lula e Bolsonaro, mesmo tendo morrido antes de eles nascerem. Nesse cenário, até mesmo os frutos venenosos do século XIX - a classe e a nação, como Jean Jacques Chevalier(1968) os chamou, serão remixados com milhares de outros símbolos e narrativas, a política será radicalizada na ditadura da classe e na ditadura da nação. Diferentemente do passado, quando a política tentava governar toda a sociedade, essas radicalizações extremas da política na era da *Gegnet* desaparecerão - o que não significa que não gerarão picos de vilania - mas o *Gegnet* é caracterizado por um sistema aberto popperiano, cujas plataformas globais vêm das finanças, da ciência e da tecnologia. A atual corrida pela Casa Branca, seja quem for o vencedor, representa o desafio entre a visão de Bill Gates e a de Elon Musk, roteiristas e diretores, que não são tão irreconciliáveis por meio dos negócios e da tecnologia. Os atores, os candidatos políticos, terão de fingir que as posições são muito mais radicais e divergentes do que realmente são e, acima de tudo, terão de iludir os eleitores de que não há diretores e roteiristas.

Por que razão a época da *Gegnet* seria diferente de todas as outras e não seria cumprida com seu próprio *Vollendung* seguido por um novo ponto de virada e, em seguida, uma nova época? É claro que a *Gegnet* chegaria ao fim e o planeta se destruiria com armas nucleares ou qualquer outra coisa, ou ainda se o planeta se chocasse com um enorme esteroide. Em termos socioeconômicos e antropológicos, no entanto, a *Gegnet* é uma era completamente diferente de todas as outras, usando duas metáforas de Umberto Eco (2010, p. 52-80). Eram dicionários ou estruturas sintáticas de pensamento forte, enraizados na

certeza, porquanto, não importa quão falso seja, o dicionário não contém incertezas, ansiosos para explorar o indefinido, o vivo, em formas finitas e controláveis; seus componentes são redutíveis até mesmo a formas primitivas bastante simples. Por outro lado, é uma enciclopédia que, com sua semiose ilimitada e flexível, labiríntica e reticular, aceita o desafio de abrir-se para o infinito e indefinido; A *Gegnet* é rizomática (no sentido de Paul Virilio, 2019) e denota um período em que até mesmo uma invasão alienígena seria vista como improbabilidade normal, a ser administrada sem que o *Gegnet* chegasse ao fim - a invasão em si sendo parte de suas possibilidades, enquanto que em épocas passadas até mesmo uma pequena guerra local, por exemplo, franco-alemã, era considerada suficiente para provocar o fim de uma era. *Vollendung* do dicionário "histórico", *Gegnet* da enciclopedia "evolutiva" (Chevalier, 1968; Eco, 2010; Virilio, 2019).

Uma sociologia da *Gegnet* parece hoje tão emergente quanto urgente, para gerenciar a complexidade do cenário global atual, afastando os riscos de desvios reducionistas. Entre os modelos hoje dominantes, amados ou odiados, está o capitalismo. Nenhum acadêmico com um mínimo de credibilidade poderia afirmar que o capitalismo está acabado. E assim, não faltam teorias pró ou anticapitalistas que o adjetivam de forma variada e muitas vezes vã (social, biotecnológica, de vigilância, ecológica, bioeconômica, etc.). O capitalismo é a reprodução em escala global do conhecimento abstrato de design capaz de criar valor agregado. Valor agregado é inconfundível com valores sociais: se o valor agregado for criado, ele estará sujeito à utilidade marginal decrescente até a obsolescência de seu projeto originário, baseado em conhecimento dos bens e serviços de que derivados; é o fim de um ciclo e início de um novo, um processo que geralmente dura

cerca de trinta anos (Kuznets, 1990). Nada obstante, existem obstáculos que podem fazer com que o ciclo de desenvolvimento iniciado seja menos proveitoso do que o esperado, atuando como fatores que retardam o processo. São essencialmente de quatro tipos: ética e moral, religião, política e senso comum. Vamos dar uma breve olhada neles:

a) Ética e moral

A ética e a moralidade são as vozes da impotência e da ignorância, pois oferecem crenças onde faltam conhecimentos e axiomas quando explicações se fazem necessárias. Com lucidez implacável, Luhmann (2005, p. 71-72) escreve: "*Não vejo nenhuma conexão entre os problemas decorrentes do progresso técnico-científico e a capacidade argumentativa de uma ética*". Também em virtude de seu reducionismo intrínseco e de sua axiomática inevitável e indecível, é a ética, ao mesmo tempo, completamente inadequada para gerenciar a complexidade técnico-científica e, em vez disso, aca-se bem convencida de que está à altura dela, chegando a uma deriva paradoxal: apresentar-se como solução reducionista para a governança da tecnologia e da ciência a fim de evitar desvios reducionistas.

b) Religião

Se existe uma frase estúpida nos livros de história - e isso não é culpa dos historiadores - é "*Deus está conosco*", um dito que todos os exércitos em todas as épocas sempre adotaram, até o paradoxo da Segunda Guerra Mundial, onde o "*Gott mit uns*" dos nazistas os conduziu enquanto estavam empenhados em exterminar aquele povo, os judeus, que se autodenominavam o povo escolhido de Deus. Um paradoxo trágico e ao mesmo tempo cômico, no qual perseguidores e perseguidos agem de acordo com a suposta vontade de Deus e, se

é verdade que “*não há progresso sem paradoxo*” (Luhmann, 2005, p.59), a secularização parece ser a saída para o paradoxo ao mostrar a ausência de conhecimento por trás das crenças e, portanto, o caráter inteiramente terreno e social de deus, para quem, em termos evolutivos, um rosário e uma garrafa de uísque, um templo e um bordel, são equivalentes funcionais, se ambos expandirem os horizontes evolutivos de nossa espécie (Evans, 2016). A teodiceia - seja feita a vontade de Deus, a vontade de Deus foi feita - é o melhor exemplo de uma crença axiomática que não gera conhecimento, entendimentos ou explicações e, por essa razão, o ateísmo metodológico parece ser a única posição epistemologicamente respeitável para um estudioso das ciências sociais e políticas (Berger, 1984).

c) Política

A política, em formas discursivas bastante diferentes da ética e da religião, é, em essência, outro lugar de formas simbólicas sem valor agregado, pois precisa simular um impacto e um poder de intervenção que não tem, pois joga com as radicalizações emocionais ligadas ao ódio e à violência. A política é um bombeiro que apaga os incêndios que ela mesma provoca. Dahrendorf (1993), como mencionado acima, definiu a política como a dramatização do insignificante. Às vezes, a política tenta se disfarçar de ciência ou, pelo menos, de conhecimento, mas o jogo é descoberto pela fusão, o curto-circuito entre episteme, conceito de objeto e julgamento político-valorativo (exemplar, como um modelo falho e falsificado no início, De Sousa Santos 2018).

d) Senso comum

O senso comum é um conjunto aleatório e desorganizado de crenças ou, no máximo, de conhecimento comportamental automático

e, portanto, sujeito a uma utilidade marginal rapidamente decrescente e a uma obsolescência ainda mais rápida. “*Vox populi, vox dei*” faz com que “*Gott mit Uns*” pareça uma pérola de sabedoria, o que já é alguma coisa. Nenhuma invenção e nenhuma descoberta decisiva de hoje, como mencionei acima, teria sobrevivido se tivesse sido submetida a um referendo popular em seu estágio embrionário.

Em seu refinado, engenhoso e muito particular livro ‘*Man and People*’ (Ortega y Gasset, 1996), o autor escreve de forma incisiva: “*grande parte das ansiedades do atual momento histórico deriva da falta de clareza sobre os problemas a serem resolvidos*” (Ortega y Gasset, 1996, p.23). Como é possível obter clareza? Ortega y Gasset recorreu à sociologia, mas com resultados no mínimo questionáveis, se não decepcionantes: “*Já faz muito tempo, mas nunca me esquecerei da surpresa, misturada com vergonha e espanto, que senti quando, ciente de minha ignorância, recorri, cheio de esperança e ilusões, aos livros de sociologia. Descobri algo incrível: esses livros não dizem nada claro sobre o social, sobre o que é a sociedade. Não só isso, mas descobrimos que seus autores não tentaram nem um pouco seriamente esclarecer suas ideias sobre os fenômenos elementares que constituem o fato social*” (Ortega y Gasset, 1996: 30). Décadas mais tarde, Dahrendorf (1993) esclareceria várias coisas ao introduzir a distinção entre *Lebenssfragen* e *Theorienproblemen*, o que, por sua vez, grotescamente, criaria uma nova nebulosidade. Certas distinções não são para todos. *Lebensfragen* são as questões decisivas que dizem respeito à vida do indivíduo e de nossa espécie como um todo, se não de todo o planeta e do universo, e cada ciência concorre na busca de respostas dentro de seus próprios modelos teóricos, paradigmas, métodos, etc., cujas reflexões

ela gera, na melhor das hipóteses, *Theorienproblemen* - todos internos à disciplina e seu diálogo com disciplinas relacionadas - *Theorienproblemen* que podem ser decisivos “nos bastidores”, mas que não afetam os destinatários finais na forma de *Theorienproblemen*, mas apenas no nível de *Lebensfragen*. Em um congresso de oncologia, paradigmas, métodos, teorias e técnicas que são incompreensíveis para o paciente com câncer, como *Theorienproblemen* podem ser debatidos, mas eles só se tornam relevantes para o paciente se melhorarem as respostas ao *Lebensfragen*, por exemplo, se a vacina “definitiva” contra o câncer for encontrada, e se oferecerem a ele uma melhor qualidade de vida, uma vida mais longa e ampla. Essa importante distinção, no entanto, criou pelo menos duas nebulosas opostas:

a) Todos os *Theorienproblemen* são conversa fútil, basta pensar em *Lebensfragen*, um absurdo absoluto: é como dizer que vamos jogar fora toda a base científica da ciência e reduzir a prática a um “faça você mesmo” extemporâneo e amador. Esse é o circo da popularização sem pesquisa por trás. O que você divulga se não tem uma pesquisa por trás? O circo do suposto especialista que segue a curva de perguntas da *vox populi* e oferece respostas absolutamente aleatórias a perguntas sem sentido.

Em vez disso, os *Theorienproblemen* que reforçam a base epistemológica, teórica, metodológica, técnica, empírica e aplicada do conhecimento e da ciência para lidar com o *Lebensfragen* são de ouro, mas, infelizmente, nem todos os *Theorienproblemen* são desse tipo.

b) *Lebensfragen* são operatividades clínicas, um intelectual (um termo verdadeiramente controverso, ao qual também retornarei referindo-me a Aron, 2017) não suja suas mãos com essas coisas demasiadamente humanas. Segue-se que o intelectual se lança em *Theo-*

rienproblemen de rara futilidade e aridez, totalmente divorciado de *Lebensfragen*, e assim, a vida pode se perguntar, por exemplo, quão sociável era realmente o conceito de sociabilidade de Simmel, publicando obras ao longo dos anos com menos leitores do que volumes.

Mais uma vez, a arquitetura oferece uma pista decisiva e equilibrada para *Theorienproblemen* = (f) *Lebensfragen*:

A missão histórica do arquiteto sempre consistiu em coordenar todas as atividades destinadas a moldar o ambiente. Se ele deseja permanecer fiel a essa elevada missão, terá de educar as novas gerações em relação aos novos meios de produção industrial, em vez de forçá-las a uma educação platônica de puro design divorciado da construção (Gropius, 2007, p. 106-107).

3. DESIGN ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES COMPLEXA E SISTÊMICO-EVOLUTIVA

Quero chamar a atenção para o *design* estratégico de organizações complexas, sem o qual nem a ordem mundial, nem a importância da modelagem adequada de políticas de alcance planetário, poderiam ser compreendidas. A lição é de Nardis, falando sobre liderança e desintermediação com uma cafeteira. (P. De Nardis, 1999). “O design do dia a dia” (2006), de D. Norman, e “*The World Order*” (2014), de Kissinger, nos oferecem, como mencionado acima, a mesma lição: se não tudo, quase tudo o que importa está no planejamento. Errar no planejamento induz a erros na programação e, portanto, aqueles que erram no projeto e na programação projetam e programam, involuntariamente, para errar. Autopoiese. Isso ressalta a natureza paradoxal e oximorônica

da expressão “líder político”. O político, como vimos, não é um *designer*, mas, no máximo, um intermediário de utilidade duvidosa que joga com a dramatização do insignificante (Dahrendorf, 1993), para ocultar uma importância de que hoje não dispõe e, talvez, jamais tenha tido. O líder, portanto, é o *designer* (o sociólogo jurídico-político/cientista político?) que torna o *design* imediatamente amigável para o usuário.

Este ensaio situa o *design* organizacional-institucional dentro da estrutura epistemológica, teórica e metodológica de sistemas sociais evolutivos complexos, na forma de uma constelação de significado imaterial, também inspirada na concepção pragmatista de W. James, de que todo conhecimento verdadeiramente válido se torna valor monetário; na lição de Durkheim: “*se existe uma ciência da sociedade, pode-se supor que ela não consiste em uma mera paráfrase de preconceitos tradicionais, mas que nos faz ver as coisas de forma diferente daquela que elas parecem aos olhos do vulgo. O objetivo de toda ciência é fazer descobertas, e toda descoberta perturba mais ou menos as opiniões transmitidas*” (Durkheim, 2008, p. 5). É por isso que uma boa teoria é também uma visão estratégica.

Os fatos sociais não podem ser apreendidos pelos significados e pela semântica com os quais o público em geral os representa, com suas atitudes, percepções e opiniões em uma base fortemente emocional e reativa. Sem conceitos adequados que sirvam como posições em sistemas teóricos e, ao mesmo tempo, como recipientes de dados que possibilitem todo o processo, desde a conceituação até a medição, passando pelos delicados modos de classificação, sem os quais não há conhecimento algum, mas apenas sensação e significado subjetivo. Daí um corpo de princípios WOPM (*Workshop on Optically Pumped*

Magnetometers), viáveis que oferecem uma espécie de “manual” de ordem mundial, sabendo que onde há conhecimento válido e confiável que gera valor monetário, há sempre um modelo conceitual “universal” de *design*, ou seja, uma referência conceitual com suas declinações contextuais para conformidade;

O ponto de partida para a aplicação desses princípios está vinculado a um *modus operandi* “triangular”: o *design* real em uma chave construtivista, a observação comportamental, não menos intrusiva também por meio de estudos visuais (Pitasi, 2024) dos sujeitos envolvidos, e a escuta fenomenológica neutra dos mesmos.

A ordem mundial já vê um número cada vez menor de Jogadores Globais cada vez maiores, sofisticados, conectados em rede e intangíveis. O jogo assume principalmente três formas: autoridade máxima, múltiplos propulsores e hiperformas. A soberania (S) e a expansão monetária (EM) estão conectadas por proporcionalidade direta de acordo com a fórmula $S=(f)EM$.

Nem sempre é assim, mas se não o for, geralmente não é como no Triffin’s Dilemma (1997).

Cada recurso em cada organização pode ser mapeado em uma das quatro categorias a seguir: alta (A), estratégica (S), baixa (B), disponibilidade (R). Ou seja, em ordem decrescente de importância: AS-AR, BS-BR, BS-AR.

Cada definição de agenda segue um esquema de gerenciamento de tempo de quatro quadrantes: importante-urgente, importante-não urgente, não importante-urgente, não importante-não urgente (Pitasi, 2003).

Em qualquer processo de inovação e evolução, a desigualdade é inevitável e necessária porque, sem ela, não haveria pioneiros ou gran-

des impulsionadores. Ao mesmo tempo, os processos evolutivos implicam que a desigualdade permaneça fluida, conforme ensinado por Kuznets (1990) e Deaton (2015).

A lei de Sturgeon (Dennett, 2017) afirma que 90% de qualquer coisa é “besteira” (aqui, de forma mais elegante, usaremos o termo “ruído” como sinônimo). Esta lei serve para otimização da gestão e definição da agenda.

Quais são os 10% decisivos para entender a ordem mundial e como está ela evoluindo? Tudo isso está em uma fórmula inerente à sua evolução. Inicialmente, o nível de autoconsciência da espécie humana não era muito diferente do de uma vaca pastando (Ortega y Gasset, 2000):

FÓRMULA GERAL WOEP ou PRINCÍPIO ZERO:

$$\text{WOEP}=\text{Le}(\text{Re x I/S})+\text{Dem}(\text{Vx Dn})+\text{De}(\text{Cx E})+\text{T}(\text{Sx Ro/W}).$$

O acrônimo WOEP significa *World Order Evolutionary Pattern* (Padrão Evolutivo da Ordem Mundial). É também um jogo de palavras em inglês para “*woe prevention*” (prevenção de desgraças). (**Le**) significa, por outro lado, expansão legislativa, que se refere à reconfiguração da ordem legislativa, multiplicada pela desigualdade social (*inequality*), dividida pela velocidade com que essa desigualdade é tratada. (**Dem**) é a demografia expressa pela fórmula Variedade (**V**) multiplicada por Densidade, (**Dn**) - variedade, densidade. Além disso, há o desenvolvimento (*development*), que consiste em multiplicar a complexidade (*complexity*) pela facilidade (*easiness*), o que veremos a seguir, quando o jogo de três vias for dividido em quatro cenários. Por fim, consideramos a tecnologia que impacta na velocidade de multiplicação do ciclo

Rogeriano (**Ro**) sobre os custos transacionais de Williamson (**W**). Essa fórmula sistêmica discerne a evolução com senso de ordem mundial (os 10% que fazem a diferença) e 90% de ruído sem senso evolutivo macrossistêmico.

O uso da matemática nas ciências políticas e sociais está, acima de tudo, na dimensão da lógica e da estratégia/heurística da pesquisa, e não tanto na mera técnica quantitativa empírica, que certamente é útil, mas não é dirigida (Pitasi, 2023a). Ao converter a fórmula **WOEP** em binária, a expansão evolutiva máxima das quatro variáveis é codificada como zero (0), enquanto a contração implorativa máxima com um (1), ou seja **Le 0/1, DO/1, De0/1, TO/1**. Portanto, **0000<WOEP>1111**. Em **0000**, os processos convergentes de fusão/confederação/expansão legislativa, com vários nomes e procedimentos, aumentam em escala e alavancagem, a demografia mundial aumenta rapidamente, o desenvolvimento se acelera com a destruição criativa do que é simples e complicado, dando lugar ao que é complexo e fácil e, finalmente, a tecnologia, convergente e global, torna-se um poderoso multiplicador. Em **1111**, o cenário é exatamente o oposto.

Por fim, pode ser formalizada uma versão restrita da fórmula geral:

$$\text{WOEP}=\text{Cx-Co/E-S}$$

em que **Cx** simboliza complexidade/complexidade, **Co** complexidade/complicidade, **E** simboliza facilidade/facilidade e **S** representa simplicidade/simplicidade.

A primeira grande peneira para discernir os 10%-90% de Sturgeon é a percepção de que, entre uma espontaneidade natural e histórica ingênua, de um lado, e conspirações fantasiosas, de outro, há uma rede interconectada de planejamento, consultoria estratégica, modelagem de políticas, criação de leis, *lobby*, *networking*, manipulação por especialistas geralmente nos bastidores, roteiristas e diretores, dos quais os políticos são os atores. Como se projeta uma organização? Como redigir uma “boa” lei e qual o significado que damos a esse adjetivo? Quais são as formas emergentes que estão surgindo a partir desses roteiros e diretores? O que os cidadãos podem fazer, ou evitar, para se orientar e se desenvolver nesses cenários emergentes? O que é a *Gegnet*? (Pitasi, 2023b).

Os Global Players são gigantes com três cabeças: *lobby* institucional e relações públicas sem fins lucrativos, negócios. Três cabeças em um só corpo.

Os três supersistemas (Etzioni, 1967) envolvidos no jogo de três vias são nomeados aqui:

1. Supersistema da autoridade máxima ou **SUPERSYSTEM1**;
2. Sistema de várias hélices ou **SUPERSYSTEM2**;
3. hiperforma ou **SUPERSYSTEM3**. A *Hypercity* será examinada aqui como um exemplo de hiperforma.

4. ESCALAS EVOLUTIVAS

Por pelo menos quatro séculos, a ordem mundial tem se tornado cada vez mais globalizada, horizontalmente interconectada e alinhada

em uma hélice quádrupla cíclica (expansão legislativa-demografia-desenvolvimento-tecnologia: LEDDET, Pitasi, 2021b). Isso consagrou a primazia das leituras geográficas e geopolíticas sincronizadas sobre as leituras histórico-filológicas verticais em praticamente todos os aspectos estratégicos da mudança global.

A ordem mundial atual, especialmente após as quatro grandes aberturas, caracterizadas por períodos cada vez mais curtos, de alto impacto e quase seculares (1608-88, 1770-90, 1880-89, 1985-89), está cada vez mais interconectada horizontalmente em três níveis sistêmicos apresentados acima como SUPERSISTEMAS 1, 2 e 3.

Esses três atores globais são geradores de capital, significado e valor agregado, no sentido mais amplo e formalizado do termo. Neste cenário sistêmico de três níveis, a grande maioria das formas de Estado e governo se tornou obsoleta, principalmente porque as formas não são funções sistêmicas, muito menos sistemas. Assim, por exemplo, conforme descrito pelo dilema de Triffin (1997), nem a soberania nem a expansão monetária são propriedades das formas de Estado e/ou governo. Em vez disso, a soberania e a expansão monetária são funções evolutivas sistêmicas que remodelam as formas contingentes da ordem mundial. A soberania e a expansão monetária fazem parte, respectivamente, da expansão legislativa e do desenvolvimento da hélice quádrupla já mencionada.

As quatro épocas acima compuseram uma tendência universalista e cosmopolita em nível memético, genético e global, que agora está se acelerando e expandindo ainda mais. Aqui estão resumidas as contribuições dessas quatro épocas para a tendência global em curso:

1. 1608-1689 (por volta de).

a) A disputa comercial marítima entre China, Holanda e Portugal, tratada por Grotius em *De Jure Preadae* (1608), representa a base geográfica e jurídica da globalização do comércio, tornando impossível uma “história europeia vertical”, sem uma geopolítica horizontal com o resto do mundo. Na verdade, isso já havia começado com Colombo (1492), mas na época sua importância não foi compreendida, e limitou-se a considerar a missão como uma importação de recursos materiais e exportação de modelos sociais;

b) Na década de 1630, a Tulip Bubble inaugurou o conceito de uma economia financeira. O Decreto dos Regentes de Haarlem, de 2 de abril de 1637, já havia deixado claro, ao estourar uma bolha em um mercado que, de outra forma, seria próspero, eis que a regulamentação legal dos mercados financeiros, especialmente em nível local, semeia pobreza para todos. A financeirização é o processo global que transforma qualquer matéria líquida ou sólida em gás, para que possa se espalhar por toda parte, abstraindo o valor.

c) Também na década de 1930, foi criado o que chamamos Ciência.

d) É o século de Locke e sua tripartição de poderes no *Segundo Tratado sobre o Governo* (1689). É o momento em que o poder federativo estabelece as bases do projeto atual da ordem mundial.

e) A Pequena Era do Gelo, que se seguiu no século seguinte, deixa claro que a evolução do nosso planeta não pede permissão ou perdão à nossa espécie.

f) Guilherme de Orange liderou, em 1688-89, a Revolução Gloriosa, cujos princípios e ideais encontraremos novamente, reformulados, no século seguinte.

2. 1770-1790 (por volta de).

a) Iluminismo kantiano, de estilo alemão, portador de nova mentalidade diferente do Iluminismo francês, enciclopédico-notacionalista, auxiliar do Iluminismo alemão ao fornecer noções e conteúdo àqueles que tradicionalmente não tinham acesso a eles. Mas esse fornecimento de noções só obtivera valor quando a mentalidade já havia mudado.

b) A Guerra da Independência Americana e a Revolução Francesa, ambas impossíveis fora de uma mentalidade iluminista.

c) A Revolução Industrial realmente começou a tomar forma.

3. 1880-1889 (por volta de).

a) Triunfo da Revolução Industrial em seu sentido positivista: conhecimento, ciência, técnica e tecnologia, com um toque de arte, não criam mais obras de arte individuais, mas sim, formatos que podem ser reproduzidos em todo o mundo, como exemplificado pelas obras de Gustave Eiffel;

b) O positivismo e a “mcdonaldização” *ante litteram* fizeram do Brasil o primeiro laboratório cosmopolita global.

4.1985-1989, por volta de (Dahrendorf, 1990).

a) Aceleração do que foi mencionado acima. Fim das ideologias e da política.

b) João Paulo II (2010), Reagan, Gorbachev (1987) e Deng Xiao Ping convergem em uma visão global unificada que pulveriza as especificidades liberais, comunistas, socialistas e cristãs de uma só vez. Fica claro que a política não precisa de política.

c) Queda do Muro de Berlim (11/9/1989) e nascimento da rede mundial de computadores.

Portanto, um exame introdutório dos princípios ativos, mecanismos, métodos e padrões de *design* que moldaram a ordem mundial atual, reduzindo as formas tradicionais de estado e governo a categorias de zumbis (Beck, 2003).

Nesse cenário, a sociologia político-jurídica tem como foco o estudo, a observação e a modelagem dos processos de institucionalização e suas formas constitutivas acima da linha, ou seja, do nível internacional para cima, porque abaixo da linha é mera antropologia tribal. No entanto, esse processo de institucionalização, para ser adequadamente observado, compreendido e construído, precisa, nos cenários globais e cosmopolitas da *Gegnet* (Schurmann, 1995; Cipolla, 2018). Ou seja, daquela abertura ilimitada para o possível, muito mais horizontal do que vertical, como as narrativas históricas. Sem a *Gegnet*, o conhecimento teórico e aplicado da ciência política e social implodiria em um nacionalismo metodológico obsoleto (Beck, 2003, 2017). Isso reduziria uma figura altamente estratégica e intensiva em conhecimento, como o sociólogo político-jurídico, a pouco mais do que um travesti administrativo da política local assumida (Berger-Luckmann, 1997), sem nenhuma imaginação sociológica, uma deficiência peculiar aos trabalhadores de colarinho branco (Mills, 1966, 2018). É precisamente uma sociologia de *Gegnet* (Pitasi, 2021b, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d) que proponho para um escopo epistemológico, teórico, metodológico, técnico e aplicativo específico da sociologia jurídica e política entre as ciências políticas e sociais, sem pretender ser exaustivo, oferecendo uma perspectiva muito mais geo-horizontal (Csizmadia, 2019) do que vertical. De acordo

com Ardigò (1988), Ammassari (1992) e Cipolla (1998). Acredito que há necessidade de um projeto de pesquisa estratégica que combine epistemologia e heurística, metodologia e técnicas em um ciclo unificado e essencialmente reproduzível.

5. A ORDEM MUNDIAL É PLANEJADA NA PRANCHETA DE DESENHO

Ele é adaptado e retocado, metaforicamente, durante a construção e, quando o prédio está pronto, começa-se a pensar nos detalhes estéticos, deixando a decisão de mobília para as pessoas que morarão nele por último. Hoje em dia, não é incomum vender o apartamento a possíveis compradores quando ele ainda é apenas um projeto no papel. Dependendo do tipo de projeto, o comprador em potencial tem, obviamente, liberdade de escolha (compro/não compro), mas uma margem de manobra bastante limitada para fazer propostas de mudanças no projeto.

A ordem mundial é um *unitas multiplex* de projetos em diferentes escalas. Não é coincidência que, em suas origens, a sociologia tenha nascido como engenharia social e, não muito diferente, a psicologia tenha se apresentado ao mundo como a engenharia das almas. Ora, tomar literalmente os princípios do Positivismo hoje seria ingênuo, mas, ao mesmo tempo, seria ingênuo considerar a sociedade mundial como fruto espontâneo de um processo diacrônico natural. Se a seleção das espécies da memória darwiniana pode se aplicar a outras espécies, então a nossa começou a trapacear desde o início, acendendo o primeiro fogo e fabricando as primeiras ferramentas.

O que mais são organizações internacionais ou corporações multinacionais, se não truques da grande trapaça chamada *Homo Sapiens*, que planeja proativamente adaptando o mundo a si mesmo, enquanto outras espécies se adaptam ao mundo? Entre os humanos, até mesmo o bem-estar ou a guerra são fenômenos artificiais. A Cruz Vermelha (Cipolla, 2009) é outra tentativa artificial de enganar o “destino natural” do soldado ferido. A ordem mundial é um projeto artificial, como já era conhecido por Hobbes (1985), cujo Leviatã era precisamente a resposta artificial à condição natural do “*Homo Homini Lupus*”. A artificialidade da ordem mundial fica ainda mais clara no Segundo Tratado de Locke (1998), que separa os poderes legislativo, executivo e federativo. Metaforicamente, pode-se dizer que a ordem mundial é uma caixa gigante de Lego, que pode ser recombina de várias maneiras pelos projetistas (Pitasi, 2021). Basta dar uma olhada em um globo da época de Vermeer e em outros de 1780, 1918, 1950, 1990 e de hoje para entender o trabalho de *design* introduzido. Pense-se na Paz de Westphalia (1648), no Congresso de Viena (1815), no Plano Marshall ou, mais recentemente, na Perestroika, que redesenhou um mundo aberto após os blocos opostos do bipolarismo.

Mesmo que o Positivismo não possa mais ser tomado literalmente, os templos positivistas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, que ainda hoje funcionam, e o lema “Ordem e Progresso” na bandeira brasileira, nos lembram que o próprio Brasil é um experimento positivista (Toscano, 1993). A ordem mundial é um trabalho de *design* artificial humano. “*O objetivo deste livro é falar sem intermediários aos cidadãos do mundo sobre as coisas que dizem respeito a todos nós, sem exceção*” (Gorbachev, 1987, p. 3). Essa poderosa declaração é a cifra do projeto de ordem mundial em que vivemos. A Perestroika é um trabalho de *design*

decisivo, pois adapta a consciência e a participação política, deixando claro desde o início que a ordem mundial é uma só e que todos são cidadãos dela. Quando isso é percebido, não há retorno ao passado, é um processo irreversível, sem saída. Essa percepção da singularidade do mundo, como a esfera suprema, (Sloterdijk, 2014-15) já havia surgido com força na década de 1960, quando a Terra foi vista pela primeira vez do espaço (McLuhan e Powers, 1989). Mesmo geomorficamente, um planeta único e indivisível. O fim dos mitos e superstições. Transformar toda a humanidade na pele de cada um de nós (McLuhan, 1967) e destacar que, dentro da nossa espécie, há de fato diferenças genético-étnicas que não afetam o isomorfismo.

Gegnet é o projeto mundial unificado e a sociologia jurídico-política proposta aqui pode ser chamada de *Gegnetssoziologie* (Pitasi 2021a, 2021b, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d). *Gegnet* (Schurmann, 1995) significa abertura ilimitada para o possível, a conceitualização mais sucinta possível da condição humana, do estado evolutivo de nossa espécie entre ameaças e oportunidades. A espécie humana, de fato, está entre as poucas animais, talvez a única, capaz de habitar em qualquer lugar. Essa concepção do homem como um ser genérico convergiu, por muito tempo, para várias disciplinas unificadas em uma chave epistemológica, por meio da abordagem sistêmica construtivista de sistemas complexos, uma abordagem que evoluiu e sofreu mutação do Iluminismo kantiano, por meio de Cassirer (2011), von Foerster (1987), von Glasersfeld (1990) e Luhmann (1997). Essa visão do ser genérico também pertence à etologia humana (Lorenz, 1991; Eibl-Eibesfeldt, 1992, 1996, 2007), à sociobiologia (Wilson, 1975), à antroposofia (Gehlen, 2010), às variantes mais prestigiosas e recentes da filosofia teórica

(Sloterdijk, 2014-2015), até mesmo à neurofisiologia (Marcus, 2008): os limites psico-bio-evolutivos do homem nada têm a ver com diferenças raciais inexistentes. Não existem raças, o único problema real, na espécie humana como um todo, é que nossos cérebros veem e experimentam desconexões relativas, mas incômodas, entre as três camadas componentes: reptiliana, o sistema límbico e o neocórtex.

O primeiro é ancestral, primitivo, territorial, passivo-agressivo. Imaginemos um réptil em seu pântano. O olfato é seu sentido orientador e o perímetro de seu microcosmo bastante restrito, e ele não saberia viver ou imaginar-se em outro lugar. O sistema límbico, em uma aproximação razoável, coincide com o estágio evolutivo do cavalo: horizontes mais amplos, maior mobilidade e visão como o sentido primário, fatores que o tornam mais flexível do que o olfato empoleirado, mas ainda sem um desenvolvimento neocortical significativo. Répteis e cavalos vivem mundos estranhos, que eles aceitam da natureza, pois não podem modificá-la, nem descobrir ou inventar, pois não podem processar símbolos, já que esse processamento só é possível por meio do neocórtex do cérebro. Precisamente com o desenvolvimento do neocórtex cerebral, a espécie humana e sua sociedade adquirem a consciência de que são realidades *sui generis*, abstratas, artificiais e, ainda assim, reais: uma aeronave, um trem ou um computador são, em todos os sentidos, tangíveis e reais e, ainda assim, não poderiam existir se não tivessem sido projetados artificialmente pelo neocórtex cerebral, dando origem a uma realidade não menos real do que a *Wirklichkeit*, mas com origens completamente artificiais na mente humana. O *Sachlichkeit* inclui criações tangíveis e intangíveis. A espécie humana é a única que experimenta sua *Sachlichkeit* além de sua *Wirklichkeit*.

Já há algum tempo, vários paradigmas epistemológicos convergiram para esse ponto, unificados pela abordagem de sistemas sociais complexos e evolutivos, que destacam como a *Wirklichkeit* em cenários evolutivos indicou, acima de tudo, certos limites neurofisiológicos óbvios da natureza humana que, às vezes, são confundidos em nível social com os limites da evolução, que, por outro lado, avança inexoravelmente. Isso é demonstrado pelo cérebro reptiliano do modelo trino de P.D. McLean (Pitassi-Ferone 2008).

O fato de ser genérico retorna explicitamente em Piazzini (1989) e, mais implicitamente, em *la Strategia del Gene* (1983), de Acquaviva, cujas categorias de necessidades baseadas sociogeneticamente são da espécie humana e não de uma sociedade específica. A generalidade do homem e o caráter *sui generis* da *Sachlichkeit* das sociedades humanas também retornam nas ciências cognitivas: Pinker (2018) e os vários livros de Dennett (2004a, 2004b, 2017) atestam como a racionalidade, mesmo com todas as suas limitações, continua sendo o melhor timoneiro para a espécie humana, enquanto ela navega nos oceanos da experiência (também) perceptual e emocional.

6. GENES E MEMES

A genética e suas aplicações geo-histórico-sociais oferecem um quadro semelhante: é racional observar a recombinação intrínseca, contínua e incessante de genes e memes, desde que o *sapiens* iniciou sua aventura planetária. A percepção dessa recombinação corresponde a uma consciência do cosmopolitismo, inerente à espécie humana. Essa

consciência nasceu com o Iluminismo, com um mal-entendido fundamental: o cosmopolitismo era um ideal a ser alcançado, uma unificação do que era considerado separado na época, ao passo que uma consciência propriamente cosmopolita consiste em abrir os olhos para as interconexões genéticas e meméticas que sempre envolveram toda a humanidade. A geo-história e a sociologia dos genes e dos memes seguem trajetórias interdisciplinares que envolvem principalmente os geneticistas. De Dawkins (2002, 2016, 2022) a Cavalli Sforza (1996) e Stuppia (2019), onde a genética assume um lugar cada vez mais proeminente, entre as ciências de sistemas evolutivos complexos aplicadas à análise e à modelagem política de desafios (ameaças e oportunidades), com o impacto global que nossa espécie sempre enfrentou. O fato de que se trata de recombinações genéticas é um dado adquirido para qualquer pessoa que tenha lido Darwin; o fato de que se trata de recombinações meméticas pode ser menos intuitivo. É justamente Cavalli Sforza e Dawkins que introduzem o conceito de memes, que eles consideram o equivalente em transmissão cultural, horizontal e vertical, ao que os genes são em transmissão genética, horizontal e vertical. Assim, enquanto Dawkins, com *The Selfish Gene*, lançou o conceito de memes, Luhmann escreveu *Sociological Enlightenment*, seguido por *Social Systems* e, finalmente, *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, três obras decisivas publicadas em pouco mais de duas décadas, até o ano anterior à morte de Luhmann (1997). Embora o conceito de meme não tenha sido explicitamente introduzido por Luhmann, suas obras abriram o caminho para a memética na sociologia, por meio de um artigo intitulado *Warum AGIL?*, um ataque frontal e perturbador ao conceito de sistema social formulado por Parsons (1965), e seu conceito de cul-

tura como latência e cola da sociedade. Um ataque não menos importante a Parsons também se deve a De Nardis (1988). Parsons (1965) não descreve como o sistema social funciona *tout court*, mas como a sociedade americana funcionava, pelo menos em suas intenções, em antagonismo à sociedade soviética. Sociedades descomplicadas, baseadas em “valores éticos” que se consideravam o bem e o antagonista o mal, em um reducionismo que parecia uma barragem abismal diante da complexidade oceânica do mundo.

Complexidades que tanto Luhmann quanto De Nardis (1988, 1999) descarregam no esquema AGIL, a barragem parsonsiana da metáfora. Em poucas palavras, a barragem foi descrita por Parsons de acordo com quatro funções: **Adaptação** - recuperação e proteção dos recursos materiais: tarefa da medicina, da biologia e da economia. **Integração**: função normalizadora e integradora desempenhada pela lei. **Definição de metas**: dos objetivos da sociedade como um todo, tarefa da política. **Latência**: socialização progressiva da criança à sociedade, tarefa desempenhada pela família, pela escola e pela mídia de massa. De acordo com Parsons, a criança deveria ter sido socializada desde cedo para os valores “bons e justos” que, ao internalizá-los, os reencontraria como adulto e bom cidadão, formalizados nos direitos em vigor como um meio de integração do cidadão adulto e normal, claramente distinto do desviante.

Mais uma vez, uma abordagem reducionista que Luhmann também atacaria em *The Lost Paradigm* ao negar, por razões óbvias de reducionismo e hipersimplificação, qualquer pretensão da ética de fundar a ordem social. Luhmann (2006), De Nardis (1988, 1999) e Bellasi (1987) falsificam o AGIL ao refutar a conexão entre latência e integração,

de fato usando o modelo de transmissão horizontal e vertical também encontrado em Cavalli Sforza (1996).

A crítica ao AGIL é de natureza horizontal, pois é bastante improvável que uma criança receba da família, da escola, da religião e da mídia exatamente o mesmo pacote imutável de valores de maneira totalmente consistente.

Supondo *ad absurdum* que horizontalmente a transmissão tenha funcionado suficientemente, temos realmente certeza de que verticalmente, diacronicamente, o modelo ainda será válido? Temos realmente certeza de que os valores da infância formarão a base das normas jurídicas quando formos adultos? A demografia, a tecnologia, o desenvolvimento e o sistema jurídico serão muito diferentes entre o cenário da criança e o da criança que se tornou adulta. As tradições culturais como sequências rigidamente lineares inevitavelmente se desintegram. Isso não quer dizer que não haja transmissão vertical, mas que não há reprodução automática do “idêntico”, mas sim, recombinação entre fragmentos de tradições implodidas e fragmentos de novas concepções pelo neocórtex. Esses fragmentos em contínua recombinação são os memes.

As tradições culturais não existem, se forem entendidas como padrões lineares de reprodução, essencialmente idênticos ou com variação mínima. Em vez disso, há recombinações meméticas. nas quais o acaso e a necessidade se entrelaçam de forma dinâmica, processual e relativamente instável, gerando mutações recombinatórias e diferenciações de variedade, em vez de simples reproduções de densidade. Um processo que nenhum timoneiro pode governar e gerenciar de maneira completa e integral (termos que são mutuamente exclusivos com relação ao que é complexo e, portanto, que nunca será completo

e integral), mas isso não é motivo para desistir do timoneiro, como a cibernética ensina, de Wiener a Laborit. O primeiro definiu o homem mais como uma chama do que como uma pedra; o segundo mostrou o poder evolutivo da variedade genética e memética e dos atratores de densidade. Adotando a sintaxe e a semântica de sistemas sociais evolutivos complexos, a evolução é a transição, muitas vezes caótica e turbulenta, de cenários simples e complicados para cenários complexos e fáceis.

Eu mencionei duas contribuições estratégicas da Perestroika:

I) tornar o entendimento da ordem mundial claro e visível;

II) separar definitivamente socialismo e comunismo. Embora partam da mesma raiz ideológica “*cada um de acordo com suas habilidades*”, levam respectivamente ao comunismo “*cada um de acordo com sua necessidade*” e ao socialismo “*cada um de acordo com seu trabalho*” (Gorbachev, 1987, p. 128-132). Portanto, torna-se cada vez mais evidente que o capitalismo e o socialismo são dois lados da mesma moeda, também em termos de métodos organizacionais (Schumpeter, 1970). Em *Gegnet*, eles são tão hibridizados que rejeitaram codificações binárias simplistas, como direita/esquerda, e se concentraram na criatividade e na inovação (Gorbachev, 1987, p. 76) de baixo para cima, pedindo aos cidadãos que sejam planejadores ativos: cidadãos ativos e proativos.

A *Gegnet* é a ordem mundial composta por um número cada vez menor de *Global Players* cada vez maiores e mais complexos, embora não seja um jogo de soma zero e esteja aberto a soluções expansionistas, intangíveis e vantajosas para todos. Há vencedores, ou seja, aqueles que conseguem resistir à tempestade dentro de um período razoável de tempo e conseguem seguir em frente com poucas reservas sobre o sistema, e perdedores, presos em situações estruturais resultantes de

erros de projeto [...], que buscam remédio em soluções que negam, ou pelo menos impedem, o funcionamento do sistema econômico global (Kissinger, 2014).

Eles são os que seguem o caminho do folclore local, da implosão autárquica, inclinados a um passado idealizado e mitológico que nunca existiu.

Erros de *design*, cuidado! Os bem-sucedidos, ao contrário, se expandem ao experimentar um sucesso evolutivo que é tão turbulento quanto empolgante. Citando Kundera (2022, p. 32): “*uma vida no centro da história não é um piquenique*”.

Mais precisamente no centro da geopolítica (Garfield, 2013; Kaplan 2013, 2022), a prevalência de modelos de transmissão horizontais sobre os verticais, exceto por uma sistematização do que pode ser reatualizado adaptando-o ao presente, deixou clara a falácia de qualquer tentativa de buscar significado no céu ou no túmulo.

7. PRINCÍPIOS SISTÊMICOS DO PROJETO DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

A elaboração de uma lei é uma questão para especialistas em elaboração legislativa e hermenêutica jurídica. As leis tomam forma, não tanto pelo trabalho dos parlamentares, mas pelo labor de especialistas nos bastidores. Por trás de qualquer político, que na verdade é um ator, há roteiristas (vários *lobbies*) e o diretor com a equipe (*spin doctors*, redatores etc.). Desde a Paz de Westfália (1648) pelo menos, até a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a Perestroika, ficou cada

vez mais claro que a ordem mundial é resultado de um planejamento de “mesa” e não de espontaneidade histórica. Um processo que abrange desde as organizações mais colossais até as mini-empresas autocráticas globais mais rápidas (Mintzberg, 1996).

Aqueles que projetam errado o fazem errado, como aconteceu na União Europeia, entre suas unidades intergovernamentais e seus órgãos suupranacionais, cujo equilíbrio é errôneo e paralisante. Até que o projeto seja corrigido, qualquer resultado eleitoral europeu será de pouca relevância (Kissinger, 2014).

Apresento aqui os princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos do WOPM (P. De Nardis, 1999). Conforme mencionado, a política é um jogo de aparências composto por atores mais ou menos talentosos, com a intenção de aproveitar-se do sentimento da doxa, jogando pavlovianamente com as emoções da opinião pública. É por isso que, seja qual for o problema, ela não consegue resolvê-lo e torna-se “*dramatização do insignificante*” (Dahrendorf, 1993). Por outro lado, os desafios globais, que a espécie humana atualmente enfrenta, exigem cidadãos com grande quantidade de conhecimento qualitativamente confiável e válido, uma autoconsciência aguda de si mesmos no mundo e, finalmente, uma capacidade plena de formular problemas de forma clara e conceitual (definição de problemas) que identifiquem as soluções mais simples e mais complexas (solução de problemas). Isso significa discernir o que é fácil e complexo do que é complicado e simples.

A racionalidade humana é limitada, mas isso não significa render-se aos limites das percepções e da emocionalidade de uma economia não cognitiva, que busca a solução mais simples só porque seja, de fato, simples.

Quais são as características exigidas dos cidadãos globais, para enfrentar os desafios da governança global e do WOPM de nosso tempo?

Princípio 1. Discernir o conhecimento do que não é. O que é conhecimento? Para ser tal, ele emerge de procedimentos terminológico-conceituais transparentes e não ambíguos (um pré-requisito para qualquer classificação e medição) e tem valor estratégico, aplicativo e de alto nível, generalizável, se não universal em um cenário sincrônico horizontal e global. O mundo muda e o conhecimento evolui com o passar dos anos, até chegar inevitavelmente à obsolescência e ser substituído por novos conhecimentos construídos por meio de procedimentos transparentes e da inequivocidade terminológico-conceitual. Ele tem um valor estratégico, aplicativo e altamente generalizável, se não universal. A velocidade com que o conhecimento é atualizado dentro dos modos descritos acima se torna estratégica e decisiva.

Princípio 2. Consciência profunda e aguda de si mesmo no mundo. Ou seja, a percepção de que cada um de nós vive quatro vidas simultaneamente ou, se preferir, uma vida em quatro níveis interconectados, desde o menor e mais cotidiano até o mais abstrato, artificial e global:

1. Nível psicossocial
2. Nível micro
3. Nível meso
4. Nível macro

Todos esses níveis têm em comum o fato de estarem aparentemente fora do controle das outras três vivências e, ainda assim, terem

um poder de impacto sobre os outros três níveis que não lhes permite fechar os olhos.

Os cidadãos que estão cientes dos quatro níveis de suas vidas e não fogem em busca de soluções complicadas e simples são e serão os protagonistas de nosso tempo. Os outros tornar-se-ão rebanhos a serem gerenciados emocionalmente e colocados nos recintos construídos para eles por políticos ou gurus.

Princípio 3. Uma velocidade notável de discernimento entre o que é relevante e o que é insignificante.

Em primeiro lugar, distinguir entre o que é conhecimento e o que é ruído. Em segundo lugar, observar cada destino social em todas as nossas quatro vidas. Terceiro, a capacidade rápida de definir e resolver problemas complexos e fáceis. O complexo é fácil!

Princípio 4. O complexo é fácil de montar e resolver.

Introduzo dois pares de conceitos: complexidade/complexidade e facilidade/simplicidade, que não definirei, mas ilustrarei com quatro exemplos: 1) O deserto. Um indivíduo se encontra andando a pé no meio do deserto, sem comida, água ou tecnologia. O sol bate violentamente e a temperatura ultrapassa os cinquenta graus centígrados; 2) O pescador. Um pescador tem uma pequena casa na praia e um pequeno barco com redes de pesca. Atrás de sua casa há uma pequena vila com banco, hospital e outros serviços essenciais. Em resumo, ele tem “tudo de que precisa”; 3) O engarrafamento. Ninguém tem a intenção de criar um engarrafamento. No entanto, os engarrafamentos se formam diariamente e testemunham uma mudança evolutiva de complicado para complexo que o sistema está fazendo, mas ainda não realizou. Resolver o engarrafamento com um retorno a uma vida mais simples seria um

suicídio evolutivo; 4) Um *brunch* metropolitano. Imagine que você está em uma rua principal de uma metrópole. É hora do almoço e você está com fome. Além da possibilidade de comer em casa, você também tem três grandes supermercados a duas quadras de distância. Você também tem, nos 550 m ao seu redor, 40 cafés, restaurantes e bistrôs. Nesse momento, você tem meia hora para almoçar e voltar ao trabalho. Você tem que escolher e, na verdade, você é literalmente mimado pela escolha. Nesse momento, você começa a selecionar contingentemente para hoje, sabendo que amanhã poderá escolher de forma diferente.

Princípio 5. Elimine soluções falsamente simples e complicadas.

Os exemplos 1 a 4 estão na ordem do mais complicado e simples para o mais complexo e fácil. No primeiro, a margem de escolha do indivíduo na natureza selvagem existe, mas é muito pequena, enquanto no segundo, o pescador tem mais liberdade de manobra. No entanto, a vida do pescador está limitada a três quilômetros. Basta um evento imprevisto, como um grande maremoto, para que todo o seu mundo acabe. O *brunch* metropolitano, por outro lado, mostra um cenário eficiente de gerenciamento complexo e fácil! Portanto, o exemplo 1 é de longe o caso mais complicado e simples, enquanto o exemplo 4 é o mais complexo e fácil.

Devido à sua evolução e governança, esses quatro cenários exigem um pensamento estratégico especialmente voltado para a definição e solução de problemas complexos e fáceis, que é a forma viável de inteligência em nosso planeta.

Princípio 6. Se não for estratégico, não será prático: lidar com linhas de pesquisa nas quais as ciências políticas e sociais da complexidade poderiam unir forças de forma interdisciplinar.

Princípio 7. A complexidade algorítmica (Chaitin, 2006) resolve a antinomia de longa data entre holismo e reducionismo.

Uma abordagem interdisciplinar dos desafios decisivos do impacto global é possível dentro de uma gestão estratégica da complexidade algorítmica que atua como uma hélice tripla entre as plataformas tecnológicas das ciências exatas, o fornecimento de conteúdo das ciências humanas e os sistemas sociais evolutivos e complexos (SSEC) de governança global, desenvolvidos pelas ciências políticas e sociais.

A complexidade algorítmica tratada pelos SSECs evita ruídos semânticos desnecessários.

A riqueza lexical das ciências humanas e o reducionismo tão caro às ciências exatas, que às vezes se esquecem de que a complexidade algorítmica é a formalização e a formulação de uma sequência em sua forma mais sintética, tornam isso um pouco simples e complicado demais.

Princípio 8. A autorreferencialidade dos sistemas complexos e a seleção do ruído ambiental.

Os sistemas sociais complexos são relativamente poucos em número e cada um é especificado por seu próprio código binário (com seu próprio esquema binário e generalização simbólica) e seu próprio programa.

Princípio 9. As formas, como o Estado, e os meios de comunicação, como o dinheiro, não são sistemas na medida em que não possuem autorreferencialidade.

Vimos o exemplo da forma estatal dentro do sistema jurídico acima. No entanto, a mídia também não é. Um meio é, no máximo, a linguagem falada pelo sistema; no caso da economia, a linguagem é a

do valor contado de qualquer coisa. O dinheiro é o meio simbólico que formaliza a comunicação do sistema econômico.

Suponha uma fórmula, uma “equação”, $a+b+c/3X= c(6x-a)$. Não estamos interessados em desenvolver isso porque não se trata de um ensaio matemático. Em vez disso, estamos interessados em introduzir uma distinção: a fórmula/equação é uma forma, enquanto as letras, os números e os símbolos que a compõem (a, b, c, X, 3, 6, = etc.) são mídias. Nem a forma nem a mídia são sistemas; o sistema de referência é a ciência, e ninguém afirma que uma fórmula é o sistema científico.

8. RESUMO DOS PRINCÍPIOS DE DESIGN COMPLEXOS E FÁCEIS PARA O WOPM I E II

Seja um ensaio ou um romance, é o final que revela a importância ou o poder da obra. Um romancista deve ter final surpreendente, sendo às vezes moderadamente surpreendente, o que se admite desde que seja bem aberto; um final chato ou previsível nunca é perdoado. Isso não funciona de forma muito diferente com ensaios, e é também por isso que o brilhante Bill Crystal, do famoso filme “Quando Harry conheceu Sally” (1989), lê livros a partir do final, e a outra razão é que, se ele fosse acometido por morte súbita durante a leitura, pelo menos teria morrido feliz sabendo o final do livro.

Passando por cima de minha própria morte súbita hipotética, pelo mesmo primeiro motivo de Bill Crystal, li “Leadership e Democrazia” (Viviani, 2024) estritamente a partir do final e reformulei sete pontos (Viviani, 2024, p. 253-272), que repostarei em forma de alga-

rismo romano (I, II, III etc.), enquanto meus corolários terão a forma de algarismo romano mais letra (Ia, por exemplo, mas nem todos os pontos terão necessariamente meus corolários, cuja ausência indica que concordo plenamente com o ponto) e aqui chegamos a Viviani (2024, p. 253-272): não existem fórmulas mágicas, receitas universais para estudar e implementar a liderança, apesar da retórica da popularização comercialmente bem-sucedida que tenta impor o contrário.

Ia. É verdade que não existem fórmulas mágicas nem receitas universais ao mesmo tempo, mas entre essas fórmulas ilusórias está a ideia de que, como elas não existem, para fazer um bom ensaio acadêmico basta, suponhamos, resumir a rima da ideia de sociedade desde os presocráticos até Georges Sorel, para fazer uma contribuição inovadora à pesquisa. Não vamos nos enganar, isso será, no máximo, um pequeno manual para alunos do ensino médio, se necessário. Portanto, devemos ter em mente que não existem fórmulas mágicas ou receitas universais, mas que o conhecimento estratégico, de valor agregado e reconfigurativo, produz mapas, padrões, modelos e diretrizes de políticas que podem ser reproduzidos para *benchmarking/conformidade*, como sabem os arquitetos, economistas e todos os envolvidos em políticas públicas. Portanto, devemos evitar o desvio da fórmula mágica, mas também o desvio da tarefa ensaiada, na qual parece que quem a escreveu, em vez de ter algo novo e importante a dizer, tem o desejo de mostrar quantas coisas já leu, repetidas vezes.

II. A liderança requer conhecimentos e habilidades.

III. A perspectiva do livro é a política como liderança.

IIIa. Sobre sua perspectiva, o livro é uma excelente síntese de transparência epistemológica e rigor metodológico. Meu comentário,

no entanto, é sobre voltar nossa atenção para o fato de que grande parte da liderança atual não vem da política, mas de grandes capitalistas, de grandes investidores e de revolucionários kuhnianos, que operam nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da evolução humana, muitas vezes jogando mais com a oferta criando demanda e não seguindo a curva de demanda, como os políticos quase sempre fazem, seguindo as pesquisas e, portanto, provando ser mais gregários do que líderes.

IV. A área problemática da liderança no livro é sua relação com a reivindicação.

V. A liderança é enquadrada em pelo menos três termos dimensionais: pessoal, processual e relacional com os seguidores.

VI. Qual é o espaço de liderança nas democracias contemporâneas?

VII. A liderança não nasce em um vácuo, nem preenche espaços vazios ou se isenta dos processos de construção de identidade e conflitos políticos.

Os pontos de Viviani (2024) nos oferecem uma análise política interessante em si mesmos mas, ao mesmo tempo, também constituem uma contribuição epistemológico-metodológica para este meu ensaio, pois nos ajudam de duas maneiras: 1) a colocar o *designer* e os princípios do *design* em uma perspectiva de equilíbrios evolutivos dinâmicos, por meio de desvios antitéticos que não devem ser rejeitados ou seguidos. A configuração caótica e complexa, das interconexões entre projetos em cooperação e competição uns com os outros, é uma configuração racional de contrapulsos apenas marginalmente racionais e amplamente irracionais, e isso não é impedimento para que os *designers* projetem da forma o mais racional possível, o que também significa, em certa medida, incorporar a possível irracionalidade dos sujeitos

envolvidos no projeto. Ao projetar uma ponte, preveja barreiras laterais verticais ou outros dispositivos que impossibilitem, por exemplo, o uso da ponte para suicídio. Por fim, a sabedoria de Viviani (2024) sobre a desconfiança, em relação a fórmulas mágicas e receitas universais, coloca os princípios de projeto que encontramos com vários nomes na engenharia, medicina, economia, biologia, robótica etc. na perspectiva correta, em que ninguém acredita ter fórmulas mágicas, mas ninguém construiria um prédio pelo nariz ou realizaria uma anestesia pelo tato. Não menos importante: 2) e se os líderes de hoje fossem os *designers* (roteiristas-diretores) nos bastidores, enquanto no palco há alguns bons atores, mas cada vez mais, no máximo, figurantes “honestos”?

Somente com essas duas observações é que posso enquadrar corretamente os princípios de *design* e as abordagens sintéticas, abaixo, deste meu ensaio.

1. Tenha em mente a Fórmula WOEP ou Princípio Zero.

2. Sempre opte pelas soluções complexas e fáceis de acordo com os princípios relevantes do prólogo.

3. Tenha em mente um projeto horizontal e “federativo”. Isso permitirá flexibilidade, simplificação e velocidade processual, de modo a tornar o texto legal o mais essencial possível em termos de complexidade algorítmica.

4. Projetar a legislação de acordo com modelos algorítmicos. Eles gerarão o mínimo possível de ruído semântico e uma lógica organizacional enxuta. Somente assim a adocracia (Mintzberg, 1983) poderá ser eficiente, reduzida ao mínimo necessário. Dessa forma, os custos de Williamson poderiam ser reduzidos.

5. A linguagem jurídica se baseia em formalizações sintáticas e gramaticais da relação validade-eficácia e somente sob essas condições o direito é tal. Se isso não tomar forma, a reentrada da subjetividade política poderia criar uma forte contingencialização do direito, que seria reduzido de conceitos e fatos a casualidades puramente políticas e deixaria de ser direito.

6. Nesse sentido, o legislador (conceitual e funcionalmente entendido) ou o consultor legislativo operam em um nível meramente isotrópico de formalização de padrões operacionais que podem ser reproduzidos globalmente a partir de conceitos formulados de acordo com a complexidade algorítmica mais precisa possível.

7. Como qualquer idioma, o direito possui várias formas comunicativas, mas sua racionalidade vem da lógica dedutiva, portanto, não há uma racionalidade científica interna específica do direito.

8. O acoplamento estrutural mais viável para dar racionalidade ao direito é aquele com a economia por meio da abordagem *Law & Economics* (Friedmann, 2004).

9. Usando o direito como linguagem: o direito como matemática das ordens sociais e processos de institucionalização, orientados horizontalmente em escala global.

A lei é um produto abstrato e simbólico do neocórtex cerebral, portanto, é um fenômeno totalmente *sachlich*. Embora em um nível etológico até mesmo os animais inferiores possam organizar, por exemplo, as regras do rebanho, as restrições naturais fazem com que as próprias regras sejam contextuais, operacionais e automáticas - como no caso do *imprinting* - enquanto a lei *sachlich* serve para conceituar e normalizar o abstrato e o ausente. Legisla-se sobre conceitos e fatos

que são tão generalizáveis quanto possível para normalizar e gerenciar casos que (ainda?) não surgiram.

Se formos à raiz da ciência jurídica (Falzea, 2008), acreditou-se por algum tempo que a lei se originou na natureza ou dos deuses. Dado o sentido deste ensaio, só extrairéi do passado o que for necessário e atual, sistematizável e viável no projeto de lei da WOPM. Tanto os teólogos do direito quanto os advogados naturais se dissolvem em um paradoxo: para expandir a vontade divina ou os direitos naturais por meio do direito, ambos precisam que o direito se torne abstrato, artificial, *sachlich*, positivo, formalizado.

Aqueles que apóiam essa tese são chamados de formalistas ou positivistas jurídicos. Eles estão cientes do niilismo inerente a qualquer construção jurídica, que em si mesma carece de justiça ou verdade. O triunfo do jusformalismo ocorreu por volta de 1608 com a publicação de *De Jure Predae*, de Grotius, que, para resolver uma disputa de comércio marítimo (e pirataria) entre a China, a Holanda e Portugal, de fato encontrou uma solução jusformalista. Os fundamentos “históricos” do formalismo jurídico podem ser encontrados em Kant (1795, 2013), um esboço engenhoso do que mais tarde se tornaria a ONU, no pensamento de von Savigny, no universalismo incondicional de Rudolf Stammler e, finalmente, em Kelsen (1934, 2000).

E é a partir daqui que começarei minha análise concisa do formalismo jurídico, sem o qual a consultoria em estratégia legislativa nunca teria existido. Não vivemos em um vácuo, somos compostos de passado e presente. Do passado, extraímos seletiva e sistematicamente o mínimo necessário para viver agora e olhar para o futuro. Kelsen (1934) lança uma mensagem muito poderosa e aparentemente contracor-

rente para aquela época. Segundo Kelsen, o direito é abstrato, artificial, formalizado e universalizável. Se o direito natural ou o direito teológico eram, em essência, baseados antropologicamente em nível local, a partir de Kelsen o direito é formalizado e modelado como a matemática da sociedade (Pitasi, 2023a). Ou seja, como uma linguagem entre as ciências sociais políticas equivalente à linguagem matemática entre as ciências exatas. Hoje, falamos de direito transnacional e supranacional, e sabe-se que há cinco modelos básicos de concepção de direito: institucional, internacional/intergovernamental, federal, supranacional e, finalmente, sistêmico-construtivista, ou seja, os cinco modelos básicos de concepção de direito:

1. o modelo institucional, por meio do qual foram criados os estados-nação, os governos regionais e pouco mais. Esse foi o principal modelo entre os séculos XVII e XVIII. Ele ainda pode ser usado em pequena escala, mas hoje flui para esquemas obsoletos, rígidos e burocráticos;

2. o modelo internacional e levando ao estabelecimento da ONU. Um modelo revolucionário para a época, insuficientemente sistêmico atualmente;

3. o modelo federal pode ser entendido como a cifra da ordem mundial, que pode ser indefinidamente montada e remontada no estilo Lego;

4. o modelo supranacional da autoridade máxima corresponde ao *design* criativo, inovador e problemático da atual UE.

5. Esta é a figura teórica do ensaio. Ela permite que os outros quatro modelos sejam remodelados e reconfigurados, recombina-ndo-os instrumentalmente em um *design* totalmente *sachlich*.

Obviamente, a questão é mais complexa do que isso: todos os cinco modelos são constelações intangíveis de significado abstrato,

com limites inconstantes (R. Normann, 2002), desprovidos de ontologia material, compostos acima de tudo de espaço vazio que oscila entre *Grossraum*, espaço grande, ainda indistinto e moldável, e pequenas nações, como Milan Kundera as definiu (2022). O que Kundera quer dizer com pequena nação? “É uma pequena nação que a qualquer momento pode ver sua existência questionada, que pode desaparecer e tem consciência disso” (Kundera, 2022, p. 62-63). Como os Estados-nação são formas e não sistemas (Luhmann 1990a, 1995a, 1997a), estão igualmente sujeitos a esse desaparecimento, Da mesma forma que os antigos impérios coloniais ou a URSS. Portanto, hoje está bastante claro que a unidade elementar “pequena nação” é sinônimo da própria nação, independentemente das características geopolíticas ou geográficas dessa nação.

Atualmente, cada estado-nação é um resquício meramente formal da Paz de Westfália (1648).

Ele projetou uma ordem mundial viável para a época, que, no entanto, está obsoleta hoje, dada a diferença entre crescimento (tangível, concreto, específico, “físico”) (Smil, 2022) e desenvolvimento (intangível, abstrato, universal, artificial, formalizado, interconectado e essencialmente ilimitado).

A diferença era desconhecida na época, tanto que nem mesmo a bolha de tulipas mencionada anteriormente foi uma lição sobre o fato de que os ciclos intangíveis de desenvolvimento têm seu próprio processo (Goudsblom, 1994). Tal projeto é certamente possível, mas em um nível, precisamente, abstrato, artificial e positivo de abertura ilimitada para o possível *Gegnet*. A fragilidade e a transitoriedade das nações derivam de sua própria rigidez subjetivamente conotativa. O cosmopolitismo é intrínseco à nossa evolução como espécie. Se cada contexto local

quisesse fazer para si apenas o que lhe é típico, logo se encontraria sem nada em suas mãos.

Por essa razão, também, a produção legislativa local é uma solução inspirada em um raciocínio perdedor: já que o ar está poluído e os ventos o carregam para todos os lugares, é melhor colocarmos uma sacola plástica intacta que envolva nossas cabeças e a feche bem. A alternativa a essa “solução” é o planejamento e a escala transsoberanos, altamente alavancados em suas formas construtivistas e sistêmicas. Essas formas podem se recombinar tanto vertical quanto horizontalmente e revelar um enorme potencial de hibridização sistêmica.

Os princípios da lógica organizacional de Mintzberg (1996, p. 243) são inestimáveis para entender essa hibridização sistêmica e evolutiva entre os cinco modelos, que Mintzberg (1996, p. 416-435) inicialmente considerou estarem em conflito entre si devido às suas diferentes direções funcionais, mas que depois percebeu a convergência dos cinco modelos que descrevo brevemente aqui: a Pentapartição de Mintzberg (PdM):

1. a estrutura simples, governada diretamente pela cúpula estratégica, é caracterizada por uma forte centralização. Em essência, o modelo institucional mais simplista;

2. a burocracia mecânica trata da padronização dos processos organizacionais, gerenciados por uma tecnoestrutura com relativa descentralização horizontal. É nesse ponto que se encontra a revolução kelseniana de seu tempo;

3. a burocracia profissional, na qual as capacidades são padronizadas e gerenciadas por um núcleo operacional, a partir do qual se desenvolve uma crescente descentralização vertical e horizontal. Aqui, toma forma o modelo federal;

4. a solução divisional, com sua padronização de resultados, seu gerenciamento a partir da linha intermediária com descentralização vertical limitada, torna esse modelo atualmente obsoleto, se usado com exclusividade. No máximo, ele pode ser acoplado estruturalmente à lógica, em um modelo institucional simples;

5. *adhocracia* diz respeito à adaptação mútua, facilitada por uma equipe de apoio que ativa a descentralização seletiva. Ela se adapta bem à variante federal lockiana, a partir da qual pode ser redesenhada em uma escala supranacional sistêmico-construtivista, convergindo o transnacional para o supranacional, de modo que propriedades sistêmicas *sui generis* surjam irreversivelmente, unificando a *unitas multiplex* do **design**, para superar os limites das organizações internacionais sujeitas à contingência.

9. AS CINCO ARMADILHAS A SEREM EVITADAS

As armadilhas em questão mostram alguns dos desvios da ciência político-social:

1. A deriva da discursividade filosófica, crítica, ideológica e normativa. Se uma teoria não assume uma forma estratégica, ela é apenas um discurso seco por si só.

2. O desvio técnico-operacional e quântico-frênico dos dados que “falam por si”. Qualquer pessoa, que tenha se apoiado em qualquer exame de metodologia de pesquisa política e social, sabe que os dados que falam por si só rimam com a leitura de borras de café, embora disfarçados por formas aparentemente supertécnicas;

3. a tendência populista do pensamento crítico da advocacia. Uma teoria supostamente científica, que confunde epistemologia e objeto, conceito e significação expressiva subjetiva, já está dissolvida desde o início;

4. o desvio estético-expressivo-subjetivo, por diferentes razões, segue o caminho do pensamento crítico. Em contraste, a sociologia que usa a estética como heurística criativo-imaginativa à la Wright Mills, certamente tem um escopo diferente;

5. o desvio populista do senso comum que não entende que viver em sociedade não necessariamente faz de alguém um sociólogo.

10. EPILOGO: OBSERVAÇÕES COMO CONSTRUÇÕES

1. A percepção de que toda observação é uma construção que descreve, molda e inventa. A pesquisa, especialmente quando aplicada, pode ser ideologicamente neutra, mas ainda assim é uma definidora de tendências.

2. Qualquer pesquisa tem na coerência, convergência e transparência de seu processo até os resultados, sua melhor garantia de qualidade, confiabilidade e reprodutibilidade. É legítimo desconfiar de qualquer atividade de consultoria estratégica e de ensino superior que não seja baseada em pesquisa.

3. Concentre-se nos cinco modelos de projeto legislativo no PdM.

4. Com o mesmo objetivo estratégico, mantenha W (=Williamson) o mais baixo possível.

5. Evolução horizontal das plataformas globais, facilitando a lição de Triffin (1997) “*A unidade gera a paz*”.

6. A construção da observação também molda a “caixa”, o contexto, no qual o sujeito cujo comportamento estamos observando se move, e cujo comportamento estamos influenciando ou gostaríamos de influenciar.

7. A escuta fenomenológica (e aqui eu também a colocaria bem com a pesquisa e a autoetnografia), por outro lado, serve para dar voz, por meio da empatia, ao sujeito observado, permitindo que ele narre as coisas como elas são do seu ponto de vista, de acordo com sua experiência, percepções e emoções.

8. O construtivismo, o behaviorismo e a fenomenologia são epistemologias e heurísticas e têm um sentido estratégico e instrumental, não ontológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACQUAVIVA S.S. (1983). **La strategia del gene**. Roma-Bari: Laterza.

AMMASSARI P. **Saggi metodologici**. Milano: FrancoAngeli, 1992.

ARDIGÒ A. **Per una sociologia oltre il postmoderno**. Roma-Bari: Laterza, 1988.

Beck U. **La società cosmopolita**. Bologna: Il Mulino, 2003.

_____. **La metamorfosi del mondo**. Roma-Bari: Laterza, 2017.

BERGER P.L., LUCKMANN T. **La realtà come costruzione sociale**. Bologna: Il Mulino, 1997.

BELLASI P. **Il paesaggio mancante**. Bologna: Cappelli, 1987.

CASSIRER E. **Saggio sull'uomo**. Milano-Udine: Mimesis, 2011.

CAVALLI SFORZA L.L. **Geni, Popoli e lingue**. Milano: Adelphi, 1996.

CHAITIN G. **Teoria algoritmica della complessità**. Torino: Giappichelli, 2006.

CHEVALLIER J.J., **Le grandi opere del pensiero politico**, Il Mulino, Bologna 1968.

CIPOLLA C. **Il ciclo metodologico della ricerca sociale**. Milano: FrancoAngeli, 1998.

_____. **Darwin e Dunant**. Milano: FrancoAngeli, 2009.

_____. **Heidegger. Un'interpretazione sociologica**. Milano: FrancoAngeli, 2018.

CSIZMADIA N. **Geofusion**. London: LID, 2019.

DAHRENDORF R. **Riflessioni sulla rivoluzione in Europa**. Roma-Bari: Laterza, 1990.

_____. (1993). **Per un nuovo liberalismo**. Roma-Bari: Laterza, 1993.

DAWKINS R. **La macchina dei memi**. In: Blackmore S. Milano: Instar Libri, 2002.

_____. **Il racconto dell'antenato**. Milano: Mondadori, 2016.

_____. **Il gene egoista. La parte immortale di ogni essere vivente**. Milano: Mondadori, 2022.

DEATON A. **La grande fuga**. Bologna: il Mulino, 2015.

F. DE NARDIS-A.PETRILLO-A. Simone (a cura), **Sociologia di Posizione**, Meltemi, Roma 2024, d'ora in poi DEPS2024.

F. DE NARDIS. **Materialismo storico e sociologia trasformativa**. In:DEPS 2024, p. 39-56.

_____. **La comparazione strica dei macroprocessi strutturali**. In: DEPS2024, p. 313-331.

De Nardis P. (1988). **L'equivoco sistema**. Milano: FrancoAngeli, 1988.

_____. (1999). **Sociologia del limite**. Roma: Meltemi, 1999.

DENNETT D.C. **L'evoluzione della libertà**. Milano: Raffaello Cortina, 2004a.

_____. **L'idea pericolosa di Darwin**. Torino: Bollati Boringhieri, 2004b.

_____. **Strumenti per pensare**. Milano: Raffaello Cortina, 2017.

DE SOUSA SANTOS B. **Epistemologie del Sud**. Castelvecchi: Roma, 2018.

DURKHEIM E. **Le Regole del metodo sociologico**. Torino: Einaudi, 2008.

EIBL EIBELSFELDT I. **L'uomo a rischio**. Torino: Bollati & Boringhieri, 1992.

_____. **I fondamenti dell'etologia umana**. Milano: Adelphi, 1996.

_____. **Amore e odio**. Milano: Adelphi, 2007.

U. ECO. **L'antiporfirio** in G. Vattimo-P.A. Rovatti (org), **Il pensiero debole**, Feltrinelli, Milano, 2010.

ETZIONI A. **Mutamento sociale**. Milano: ETAS, 1967.

EVANS R. **A Brief History of Vice**. Plume: New York, 2016.

FALZEA A. **Introduzione alle scienze giuridiche**, Milano: Giuffrè, 2008.

FRIEDMANN D.D. **L'ordine del diritto**. Bologna: Il Mulino, 2004.

GARFIELD S. **On the map**. New York: Profile Books, 2013.

- GEHLEN A. **L'uomo**. Milano-Udine: Mimesis, 2010.
- GLASERSFELD E. VON. **Costruttivismo radicale**. Roma: Unione Stampa Sportiva, 1990.
- GOUDSBLOM J. **Fire and civilization**. London: Penguin, 1994.
- HOBBS T. **Leviathan**. London: Penguin, 1985.
- KANT I. **Per la pace perpetua**. Milano: Feltrinelli, 2013.
- KAPLAN R.D. **The revenge of geography**. New York: Random House, 2013.
- _____. **Adriatico un incontro di civiltà**. Venezia: Marsilio, 2022.
- KELSEN H. **Lineamenti di dottrina pura del diritto**. Torino: Einaudi, 2000.
- KISSINGER H. **World Order**. London-New York, Penguin, 2014.
- KUNDERA M. **Un occidente prigioniero**. Milano: Adelphi, 2022.
- KUZNETS S. **Popolazione, tecnologia, sviluppo**. Bologna: Il Mulino, 1990.
- LOCKE J. **Secondo trattato sul governo**. Milano: Rizzoli, 1998.
- LORENZ K. **L'altra faccia dello specchio**. Milano; Adelphi, 1991.
- LOWI T.J. **La scienza delle politiche**. Bologna: Il Mulino, 1999.
- LUHMANN N. **Illuminismo sociologico**. Milano: Il Saggiatore, 1983.
- _____. **Warum Agil?** In: Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 40, 1: 127, 1988.
- _____. **Ecological Communication**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- _____. **Sistemi sociali**. Fondamenti di una teoria generale. Bologna: il Mulino, 1990a.
- _____. **La differenziazione del diritto**. Contributi alla sociologia e alla teoria del diritto. Bologna: Il Mulino, 1990b.
- _____. **Die Gesellschaft der Gesellschaft**. Frankfurt-Main: Suhrkamp Verlag, 1997a.
- _____. **Globalization of World Society: How to conceive of Modern Society?** In: International Review of Sociology, 7,1: 67, 1997b.
- _____. **Il paradigma perduto**. Roma: Meltemi, 2005.
- _____. **Essays on Self Reference**. New York: Columbia University Press, 1990.
- LUHMANN N., SCHORR K.E. **Il sistema educativo**. Problemi di riflessività. Roma: Armando, 1999.
- MARCUS G. **Kluge**. Torino: Codice, 2008.
- MCLUHAN M., POWERS B. **The Global Village: Transformations in World Life and Media in the 21st Century**. Oxford: OUP Oxford, 1989.
- MCLUHAN M. **Gli strumenti del comunicare**. Milano: Il Saggiatore, 1967.
- MINTZBERG H. **Structures in Five**. New York: Pearson, 1983.
- NPORMAN D. **O design do dia a dia**. Lisbon: Anfiteatro, 2006.
- NORMAN R. **Ridisegnare l'impresa**. Milano: ETAS, 2002.
- ORTEGA Y GASSET J. **L'uomo e la gente**. Roma: Armando, 2000.
- PARSONS T. **Il sistema sociale**. Milano: Edizioni di Comunità, 1965.
- PETRILLO A. **Sapere, potere, posizione**. In: DEPS2024, p. 77-97.
- PIAZZI G. **Teoria dell'azione e complessità**. Milano: FrancoAngeli, 1989.

- PINKER S. **Illuminismo adesso**. Milano: Mondadori, 2018.
- PITASI A. **Universi Paralleli**. Milano: FrancoAngeli, 2003.
- _____. **The Hypercitizen World Game**. Paris-Torino: L'Harmattan, 2021a.
- _____. **Evoluzione e conoscenza**. Roma: TAB, 2021b.
- _____. **La matematica della società**. Roma: Tab, 2023a.
- _____. **The Ggnetssoziologie manifesto**. Central European Political Science Review. 91, 24: 27, 2023b .
- _____. **Complejo es facil**. Buenos Aires: OAD, 2023c.
- _____. **Lo sguardo smeraldo di Amsterdam**. Buenos Aires: OAD, 2023d.
- _____. **Ritratto di società e stile del capitale** TAB Edizioni, Roma, 2024.
- PITASI A., FERONE E. **Il Tempo Zero del Desiderio**. Milano: Mc Graw Hill, 2008.
- PITASI A., STUPPIA L., FERONE E., MANZOLI L., RUZZEDDU M. **The Infector Stigma: Centralizing Health Policies in an Age of Global Migration Flows**. In: QUDRAT-ULLAH H., TSASIS P. (Eds), Innovative Healthcare Systems for the 21st Century. Berlin: Springer, 2017. DOI:10.1007/978-3-319-55774-8_5.
- SCHUMPETER J.A. **Capitalismo, socialismo, democrazia**. Milano: ETAS, 1970.
- SCHURMANN R. **Dai principi all'anarchia**. Bologna: Il Mulino, 1995.
- SLOTERDIJK P. **Sfere**. Milano: Raffaello Cortina, 3 voll, 2014-15.
- SMIL V. **How the World Really Works: A Scientist's Guide to Our Past, Present and Future**. New York: Viking, 2022.
- STUPPIA L. **L'uomo tra geni e ambiente**. Rimini: Guaraldi, 2019.
- TOFFLER A., TOFFLER H. **La rivoluzione del benessere**. Roma: Casini Editore, 2010.
- TOURAINÉ A. **Critica della modernità**. Il Saggiatore, Milano, 1993.
- TOSCANO M.A. **Liturgie del moderno. Positivisti a Rio de Janeiro**. Lucca: Pacini Fazi, 1993.
- TRIFFIN R. **Dollaro, euro e moneta mondiale**. Bologna: Il Mulino, 1997.
- PAUL VIRILIO. **The Aesthetics of Disappearance**. Semiotex: South Pasadena, 2019.
- VIVIANI L. **Leadership e democrazia**. Mondadori, Milano, 2024
- Von Foerster H. **Sistemi che osservano**. Roma: Astrolabio, 1987.
- WILLIAMSON A.O. **Le organizzazioni economiche**. Il Mulino, Bologna, 1990.
- WILSON E.O. **Sociobiology: The New Synthesis**. Cambridge MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1975.
- WRIGHT MILLS C. **Colletti Bianchi**. Torino: Einaudi, 1966.
- _____. **L'immaginazione sociologica**. Il Saggiatore, Milano, 2018.

